

Anteontem, o clima reinante nos principais centros do País apresentava indícios de "pânico nacional", conforme descrição do moderado ex-governador do Ceará e presidente do PSDB, Tasso Jereissati. Ontem, os mercados comportaram-se de forma ordenada, e dissipou-se a neurose coletiva do dia anterior.

Um balanço sensato do ocorrido indica que o nervosismo suplantou em muito a gravidade real dos problemas que o geraram, para locupletação de alguns espertos especuladores, sempre prontos a enriquecer à custa dos incautos.

O desespero foi — mais uma vez, e sempre o será — mau conselheiro.

O Brasil vive uma situação delicada, mas não é certo dizer que estamos em um beco sem saída.

Ao contrário, poucas vezes a saída esteve tão visível e, ao mesmo tempo, tão clara e limpidamente escolhida por um verdadeiro consenso nacional. Por isso insiste-se na necessidade de um entendimento, capaz de operar as soluções que estamos cansados de conhecer — e de esperar inutilmente.

Um magnífico levantamento realizado pela revista The Economist, publicado por es-

A hora de operar soluções

te jornal na sua edição do último dia 28, revela os primeiros bons resultados alcançados pelos países da América Latina, que deixaram para trás o "velho estilo", de políticas protecionistas, déficits crescentes, altas taxas de inflação e resistência ao capital estrangeiro.

Estima-se que esta região venha a apresentar um crescimento econômico de 2,2% no ano que vem, depois de ter amargado uma queda do PIB de 0,5% em 1990, que significou um rebaixamento do PIB "per capita" aos seus níveis de 1977.

Essa reversão infelizmente não inclui o Brasil. Nossa país é, segundo a análise da The Economist, "um triste exemplo", com uma melancólica perspectiva de estagnação econômica pelos próximos dois anos.

Por alguma razão insensata, precisamente o Brasil, que foi capaz de perseguir mais consistentemente o desenvolvimento econômico e a modernização ao longo de várias décadas, é agora mais lento e menos seguro.

Esse é o tema da grave reflexão à qual se devem dedicar empresários, trabalhadores,

intelectuais e — sobretudo — os membros do Congresso Nacional.

Nenhuma instituição carrega, neste instante difícil, mais responsabilidade do que o Parlamento federal no encaminhamento das medidas necessárias ao enfrentamento da crise.

Ao Congresso cabe agora expressar o consenso que indica o novo rumo, já seguido por outras nações deste continente.

Por essa razão é inadmissível — e é vergonhoso — que senadores ou deputados optem pela semana de trabalho de três dias ou se preparem para usufruir a folga do recesso após o início de dezembro.

É preciso que aconteça justamente o contrário.

É imprescindível que uma agenda de assuntos prioritários seja elaborada pelo Legislativo, de comum acordo com o Executivo, a fim de que algumas decisões relevantes sejam tomadas com apropriada urgência.

É indispensável manter em funcionamento a Câmara e o Senado e aprimorar os seus métodos de ação e de deliberação.

Grande responsabilidade cabe também aos partidos políticos e aos seus dirigentes, não somente na sua atuação parlamentar mas, igualmente, no seu procedimento geral.

Se esses partidos desejam consolidar-se como instituições respeitáveis e úteis ao funcionamento da democracia, compete-lhes demonstrar dedicação e competência, espírito público e desprendimento, na hora em que a Nação mais carece dessa colaboração.

A credibilidade e a capacidade de conduzir soluções não são apenas problema de quem está momentaneamente no governo. Constituem um problema de todos aqueles que pretendem para o País instituições capazes de funcionar convenientemente.

A atitude de um especulador financeiro que realiza grandes lucros em um momento de confusão nos mercados é simplesmente deplorável. Mas é muito mais criminoso o oportunismo de quem possui responsabilidade perante a Nação e age de forma egoísta, apenas na defesa de seus interesses.

Só uma ação consciente e articulada das lideranças partidárias e das bancadas parlamentares conseguirá recolocar o Brasil no caminho do progresso e reconstruir a confiança da sociedade.